

Jornal Oficial do Município

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N. 04, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1997 - EDIÇÃO DE 1º A 31 DE AGOSTO DE 2024

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI MUNICIPAL Nº 597, DE 08 DE AGOSTO DE 2024

Institui a Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de kits de primeiros socorros em Escolas e Creches da Rede Pública Municipal de Aparecida/PB.

A Câmara Municipal de Aparecida, aprovou e O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, sanciona e manda publicar a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a disponibilização de kits de primeiros socorros em escolas e creches municipais da cidade de Aparecida/PB.

Art. 2º - Fica obrigatório a instalação de kits de primeiros socorros em escolas e creches municipais.

Parágrafo único. Os equipamentos deverão ser capazes de minimizar danos de acidentes ou promover o cuidado a possíveis situações ocorridas em ambiente escolar e que põe a saúde do aprendiz em risco, prevenindo o agravamento de condições até que chegue a assistência qualificada.

Art. 3º - A finalidade desta Lei é trazer mais segurança e tranquilidade ao ambiente escolar, quando do acontecimento de qualquer eventualidade ou acidente ocorrido nas dependências das escolas, que necessitem de um atendimento emergencial e rápido.

Art. 4º - O kit deverá ser composto pelos seguintes itens: caixa para guardar materiais de primeiros socorros, termômetro digital, luvas de látex, compressas, gazes, esparadrapo, atadura de crepe, bolsa termogel, tesoura sem ponta, caixa de band-aid de formatos variados, água oxigenada, cotonetes, álcool 70%, soro fisiológico, antisséptico em spray, algodão, sabonete líquido e saco de lixo.

Art. 5º - A lei prevê a capacitação de corpo administrativo e docentes por meio de cursos e palestras ministradas por autoridades locais com comprovado reconhecimento e expertise na área sobre primeiros socorros.

Art. 6º - As escolas e creches públicas deverão estabelecer um cronograma para o recebimento dos kits de primeiros socorros, bem como a programação de atividades de conscientização e treinamentos de seus professores e funcionários para a prática adequada.

Art. 7º - As despesas da execução desta Lei, nas Escolas e Creches da Rede Pública, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, incluídas pelo Poder Executivo nas propostas orçamentárias anuais e no Plano Plurianual.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Aparecida-PB em 08 de agosto de 2024.

JOÃO RABELO DE SÁ NETO
Prefeito do Município de Aparecida-PB

LEI MUNICIPAL Nº 598, DE 26 DE AGOSTO DE 2024

Dispõe sobre autorização para a abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) no orçamento vigente e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Aparecida, aprovou e o PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, sanciona e manda publicar a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) no orçamento vigente, para atender objetivo não previsto no orçamento conforme especificado abaixo:

0200 – PODER EXECUTIVO

21.200 – FUNDO MUN ASSIST SOCIAL-FMASA

08 – Assistência Social

244 – Assistência Comunitária

1016 – FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

1069 – PROTEÇÃO SOCIAL FMAS

3.3.90.30 – Material de Consumo R\$ 50.000,00

3.3.90.36 – Outros serviços de terceiros P. Física R\$ 40.000,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiro P. Jurídica R\$ 10.000,00

FR-1706.3110- Transferência Especial da União

Total R\$ 100.000,00

Art. 2º - Para ocorrer a cobertura de que trata o Artigo 1º deste decreto, utilizar-se-ão como fonte de recursos aquelas previstas na Lei 4.320/64:

I - Abrir os Créditos Suplementares necessários, utilizando como fonte de recursos as definidas no Parágrafo 1º. do Art. 43 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, Inciso II os provenientes de transferências de emenda individual.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Aparecida-PB em 26 de agosto de 2024.

JOÃO RABELO DE SÁ NETO
Prefeito do Município de Aparecida-PB

LEI MUNICIPAL Nº 599, DE 26 DE AGOSTO DE 2024

Dispõe sobre autorização para a abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) no orçamento vigente e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Aparecida, aprovou e o PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, sanciona e manda publicar a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) no orçamento vigente, para atender objetivo não previsto no orçamento conforme especificado abaixo:

0200 – PODER EXECUTIVO

21.100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

1018 – PROMOÇÃO A SAUDE DE QUALIDADE

1070 – SGTV CUSTEIO CND3 PORTARIA 886

3.3.90.30 – Material de Consumo R\$ 100.000,00

3.3.90.36 – Outros serviços de terceiros P. Física R\$ 30.000,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiro P. Jurídica R\$ 70.000,00

FR-16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Total R\$ 200.000,00

Art. 2º - Para ocorrer a cobertura de que trata o Artigo 1º deste decreto, utilizar-se-ão como fonte de recursos aquelas previstas na Lei 4.320/64:

I - Abrir os Créditos Suplementares necessários, utilizando como fonte de recursos as definidas no Parágrafo 1º. do Art. 43 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, Inciso II os provenientes de transferências de recursos do SUS Portaria 886.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Aparecida-PB em 26 de agosto de 2024.

JOÃO RABELO DE SÁ NETO
Prefeito do Município de Aparecida-PB

LEI MUNICIPAL Nº 600, DE 26 DE AGOSTO DE 2024

Dispõe sobre autorização para a abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 312.000,00 (Trezentos e doze mil reais) no orçamento vigente e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Aparecida, aprovou e o PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, sanciona e manda publicar a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de R\$ 312.000,00 (Trezentos e doze mil reais) no orçamento vigente, para atender objetivo não previsto no orçamento conforme especificado abaixo:

0200 – PODER EXECUTIVO

20.600 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12 – Educação

365 – Educação Infantil

1017 – ESTIMULO A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

1068 – AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA EDUCAÇÃO

4.4.90.52 – Equipamentos e materiais Permanentes R\$300.000,00

FR-17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneros dos Estados

Jornal Oficial do Município

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N. 04, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1997 - EDIÇÃO DE 1º A 31 DE AGOSTO DE 2024

4.4.90.52 – Equipamentos e materiais Permanentes R\$12.000,00
FR-15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - MDE
Total R\$ 312.000,00

Art. 2º - Para ocorrer a cobertura de que trata o Artigo 1º deste decreto, utilizar-se-ão como fonte de recursos aquelas previstas na Lei 4.320/64:

I - Abrir os Créditos Suplementares necessários, utilizando como fonte de recursos as definidas no Parágrafo 1º. do Art. 43 da Lei Federal n.º. 4.320, de 17 de março de 1964, Inciso II os provenientes de transferências de convênios, excesso de arrecadação.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Aparecida-PB em 26 de agosto de 2024.

JOÃO RABELO DE SÁ NETO
Prefeito do Município de Aparecida-PB

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA
CASA LEGISLATIVA JOSÉ GADELHA DE QUEIROGA "ZE HONÓRIO"
C.N.P.J.: 01.613.430/0001-41

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001, 26 DE JULHO DE 2024.

Primeiro turno de votação da emenda à Lei Orgânica de Nº 001/2024.
Sala das Sessões em 26/08/2024.

AFIRMADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
Sala das Sessões em 26/08/2024.

ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSIÇÕES DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Os Vereadores que abaixo subscrevem, no uso de suas atribuições legais, regimentais e constitucionais, com fundamento no art. 38, I, da Lei Orgânica, apresentam a seguinte proposta de emenda à Lei Orgânica do Município de Aparecida/PB:

Art. 1º A Lei Orgânica de Aparecida passa a vigorar sem os parágrafos do art. 8º, que ficam integralmente revogados.

Art. 2º Esta Lei Orgânica passa a vigorar ainda sem o art. 9º, que fica integralmente revogado.

Art. 3º O art. 10 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. Compete ao Município:

- legistar sobre assuntos de interesse local;
- suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- instaurar e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balanços nos prazos fixados em lei;

Rua Francisco Batista, S/N - Centro - CEP: 58823-000 - Aparecida - PB.
Fone: (83) 3543.1098

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA
CASA LEGISLATIVA JOSÉ GADELHA DE QUEIROGA "ZE HONÓRIO"
C.N.P.J.: 01.613.430/0001-41

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, na que caber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

X - elaborar o estatuto dos seus servidores, observados os princípios da Constituição Federal, da Constituição Estadual e das leis correlatas;

XI - constituir guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei, podendo firmar convênio com a Polícia Militar do Estado para atendimento deste objetivo;

XII - firmar convênios, contratos, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres;

XIII - estabelecer e executar a política de desenvolvimento urbano, na forma do art. 182 da Constituição Federal;

Rua Francisco Batista, S/N - Centro - CEP: 58823-000 - Aparecida - PB.
Fone: (83) 3543.1098

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA
CASA LEGISLATIVA JOSÉ GADELHA DE QUEIROGA "ZE HONÓRIO"
C.N.P.J.: 01.613.430/0001-41

XIV - assegurar a defesa do meio ambiente, mediante convênios com o Estado e a União, nos termos da legislação superior pertinente.

Parágrafo único. A concessão ou permissão para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgoto sanitário, prevista no item V deste artigo, somente será feita à empresa pública estadual constituída para este fim.

Art. 4º O caput do art. 15 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. Salvo disposições em contrário, as deliberações da Câmara e de suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros, sempre em votação aberta.

2º. O voto será sempre público nas deliberações da Câmara.

Art. 5º O inciso IX, do art. 17, passa a vigorar com a seguinte redação, revogando-se ainda as suas alíneas "a" e "b":

IX - fixar a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores, em cada legislatura para a subsequente, no ano das eleições, antes dos últimos 180 dias do término dos respectivos mandatos, fazendo jus também ao recebimento do abono natalino (décimo terceiro salário), tempo de férias e verba indenizatória de apoio parlamentar (VIAP), observada o disposto nas Constituições Federal, Estadual e nesta Lei Orgânica.

Art. 6º O § 1º do art. 17 passa a vigorar com a seguinte redação:

Rua Francisco Batista, S/N - Centro - CEP: 58823-000 - Aparecida - PB.
Fone: (83) 3543.1098

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA
CASA LEGISLATIVA JOSÉ GADELHA DE QUEIROGA "ZÉ HONÓRIO"
C.N.P.J.: 01.613.430/0001-41

Art. 1º Na hipótese da Câmara Municipal deixar de fixar, no prazo previsto, a remuneração de que trata o inc. IX, ficarão mantidos, na legislatura subsequente, os subsídios vigentes em dezembro do último exercício da legislatura anterior, admitida apenas a atualização dos valores.

Art. 7º O art. 22 passa a vigorar acrescido do parágrafo único, assim redigido:

Parágrafo único. A inviolabilidade de que trata o presente artigo abrange as repercussões espaciais das opiniões, palavras e votos veiculados por qualquer tipo de mídia.

Art. 8º O caput do art. 27 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 27. A eleição para a renovação da Mesa Diretora realizar-se-á obrigatoriamente juntamente com a eleição dos membros da Mesa em 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição municipal, durante a sessão de instalação e preparação da legislatura, empacados os eleitos no dia 01 de janeiro do respectivo biênio.

Art. 9º O caput do art. 28 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28. O mandato da Mesa será de 02 (dois) anos, sendo proibida a reeleição sucessiva de qualquer um de seus membros para o mesmo cargo, independentemente dos biênios estarem na mesma legislatura, sendo que passado um biênio do mandato do referido membro da mesa diretora, este poderá concorrer novamente a qualquer cargo da mesa, pois não se configurará reeleição.

Rua Francisco Batista, S/N - Centro - CEP: 58823-000 - Aparecida - PB.
Fone: (83) 3543.1098

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA
CASA LEGISLATIVA JOSÉ GADELHA DE QUEIROGA "ZÉ HONÓRIO"
C.N.P.J.: 01.613.430/0001-41

Parágrafo único. Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, quando faltoso, conforme disposições regimentais, devendo ser instaurado processo administrativo na forma da Decreto Lei Federal nº 201-67.

Art. 11. O § 1º do art. 35 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 35. A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á nos casos de emergência ou de interesse público relevante (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 007/2007):

- I - pelo Prefeito;
- II - pelo Presidente da Câmara, por sua iniciativa;
- III - pela maioria dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º. Durante a sessão legislativa extraordinária, a Câmara deliberará, exclusivamente, sobre a matéria para a qual foi convocada (Remetido pela Emenda à Lei Orgânica nº. 007/2007).

§ 2º. As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente da Câmara, com antecedência de dois dias, na forma regimental (Incluído pela Emenda à Lei Orgânica nº. 007/2007);

Art. 13. O art. 43 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 43 A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e aos cidadãos, observado o disposto nesta Lei e no Regimento Interno da Câmara.

Art. 14. A Lei Orgânica do Município passa a vigorar sem os arts. 63, 64 e 65, que ficam integralmente revogados.

Rua Francisco Batista, S/N - Centro - CEP: 58823-000 - Aparecida - PB.
Fone: (83) 3543.1098

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA
CASA LEGISLATIVA JOSÉ GADELHA DE QUEIROGA "ZÉ HONÓRIO"
C.N.P.J.: 01.613.430/0001-41

Art. 15. O caput do art. 66 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 66. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e de todas as entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade, assim como a aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno que, de forma integrada, serão mantidos pelos Poderes Legislativo e Executivo.

Art. 16. O § 2º do art. 67 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º As contas do Prefeito e da Mesa da Câmara serão enviadas ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba até o dia 31 de março, devendo, a partir desta data, durante no mínimo sessenta dias, uma das vias permanecer à disposição, na Câmara e no Tribunal, para exame e apreciação de qualquer contribuinte, que poderá questionar sua legalidade, nos termos da lei.

Art. 17. O § 5º do art. 71 da Lei Orgânica passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 5º Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito:

- I - em caso de falecimento ou de renúncia;
- II - nos demais casos previstos em lei.

Art. 25. Perderá o mandato o Vereador:

- I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
- II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
- III - nos casos previstos na legislação federal, em especial no Decreto Lei nº 201/67;
- IV - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;
- V - que não residir no Município;
- VI - em caso de renúncia, considerada também como tal o não comparecimento para a posse, no prazo previsto nesta Lei Orgânica;
- VII - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição da República;

§ 1º. É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno e no Decreto Lei nº 201/67, o abuso das prerrogativas asseguradas a membros da Câmara Municipal.

§ 2º. O mandato será cassado por decisão da Câmara, por voto aberto e maioria de dois terços, mediante provocação da Mesa Diretora, de qualquer dos Vereadores ou cidadão eleito no Município, mediante processo definido no Regimento Interno, assegurada ampla defesa, devendo-se seguir o procedimento estipulado no Decreto Lei nº 201/67.

Rua Francisco Batista, S/N - Centro - CEP: 58823-000 - Aparecida - PB.
Fone: (83) 3543.1098

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA
CASA LEGISLATIVA JOSÉ GADELHA DE QUEIROGA "ZÉ HONÓRIO"
C.N.P.J.: 01.613.430/0001-41

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - nos casos previstos na legislação federal, em especial no Decreto Lei nº 201/67;

IV - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;

V - que não residir no Município;

VI - em caso de renúncia, considerada também como tal o não comparecimento para a posse, no prazo previsto nesta Lei Orgânica;

VII - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição da República;

§ 1º. É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno e no Decreto Lei nº 201/67, o abuso das prerrogativas asseguradas a membros da Câmara Municipal.

§ 2º. O mandato será cassado por decisão da Câmara, por voto aberto e maioria de dois terços, mediante provocação da Mesa Diretora, de qualquer dos Vereadores ou cidadão eleito no Município, mediante processo definido no Regimento Interno, assegurada ampla defesa, devendo-se seguir o procedimento estipulado no Decreto Lei nº 201/67.

Rua Francisco Batista, S/N - Centro - CEP: 58823-000 - Aparecida - PB.
Fone: (83) 3543.1098

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA
CASA LEGISLATIVA JOSÉ GADELHA DE QUEIROGA "ZÉ HONÓRIO"
C.N.P.J. 01.613.430/0001-41

§ 3º. Nas casos específicos dos incisos VI e VII, o mandado será declarado extinto pela Mesa Diretora, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político.

Art. 18. O copul do art. 79 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 79. A remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito será fixada conforme o estabelecido no inc. IX do art. 17, desta Lei Orgânica.

Art. 19. O art. 126, §2º, passa a vigorar com o seguinte redação:

126. §2º - O Prefeito encaminhará também o projeto de lei do plano plurianual correspondente ao período necessário, conforme lei federal.

Art. 20. O art. 131 passa a vigorar acrescido "X", assim redigido:

X - dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.

Art. 21. A Lei Orgânica municipal passa a vigorar sem o art. 161, que fica integralmente revogado.

Retirar também do texto o art. 160 que foi revogado já anteriormente.

Art. 22. O art. 49 passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 49. O projeto aprovado em turno único de votação será, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado pelo Presidente da Câmara ao Prefeito, que, concordando, sancionará e promulgará, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 23. O art. 53 passa a vigorar com a seguinte redação.

Rua Francisco Batista, S/N - Centro - CEP: 58823-000 - Aparecida - PB.
Fone: (83) 3543.1098

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA
CASA LEGISLATIVA JOSÉ GADELHA DE QUEIROGA "ZÉ HONÓRIO"
C.N.P.J. 01.613.430/0001-41

§ 3º. O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, realizada a votação aberta.

Art. 24. A presente emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Aparecida/PB, 26 de junho de 2024.

Primeiro turno de votação da emenda à Lei Orgânica de nº 001/2024
Sala das Sessões em 26/06/2024

APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS
Sala das Sessões em 26/06/2024

Presidente: *Mayra Edwiges Alves de Figueiredo*
Mesa Diretora: *Mayra Edwiges Alves de Figueiredo*
Presidente
Judivan Lucas de Barros
Vice-Presidente
João Pereira da Silva
2º Secretário

Segundo turno de votação da emenda à Lei Orgânica de nº 001/2024
Sala das Sessões em 26/06/2024

APROVADO por 07 votos contra 01 voto
Sala das Sessões em 26/06/2024

Presidente

Rua Francisco Batista, S/N - Centro - CEP: 58823-000 - Aparecida - PB.
Fone: (83) 3543.1098

Lei Orgânica



Foto: Endinho Costa

Patrimônio Histórico de Acauá

Reformulado em 2024

PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO

É com enorme satisfação e orgulho de cidadão que recebo o convite do Presidente da Câmara Municipal de Aparecida, Vereadora Mayra Edwiges Alves de Figueiredo, para prefaciá-la a nova publicação da Lei Orgânica deste município. Tais sentimentos se dão pelo fato de nutrir por este poder um profundo respeito e uma certa identidade, uma vez que fiz parte do mesmo durante sete anos, quando exerci o mandato de vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e pelo inegável amor e apego que tenho por este município, onde escolhi para realizar meus sonhos e viver com a minha família.

A Lei Orgânica de um município assegura sua autonomia, tornando-se seu sustentáculo e seu guia, nesse novo tempo de visões ampliadas sobre o papel do Estado e dos cidadãos que nele moram, inaugurado pela Constituição Cidadã de 1988, onde a democracia brasileira deixou de ser apenas representativa para se tornar participativa.

O povo de Aparecida que esperou muito tempo pela emancipação do seu município deverá ver nesta Lei a certeza e a garantia de que toda aquela luta foi válida e que os seus direitos e deveres de cidadãos, no âmbito municipal, foram propostos, debatidos e escritos pelos seus legítimos representantes eleitos, de forma direta e democrática.

Renovar essa Lei, adequando-a à realidade política e social do país e, consequentemente, do nosso município, demonstra a maturidade e o compromisso do Poder Legislativo aparecidense com a nossa história e com o nosso povo, dotando-o de um eficaz instrumento de progresso, de construção e,

finalmente, uma alavanca potente para o desenvolvimento social, cultural, educacional e ambiental, resultado do esforço de um povo que buscou incansavelmente pela sua independência durante várias gerações.

Na qualidade de cidadão apaixonado por essa terra, que teve o privilégio de ajudar a construir sua emancipação e que busca contribuir com sua grandeza, resta-me assumir o quanto estou lisonjeado com a tarefa a mim confiada, colocando-me a inteira disposição deste Augusto Poder para, sempre que necessário, fortalecê-lo, e, consequentemente, tornar nossos municípios fortalecidos. Afinal, a Câmara Municipal nada mais e do que a verdadeira Casa do Povo e, mais especificamente em Aparecida, a casa de um povo guerreiro, hospitaleiro, talentoso e sonhador.

Obrigado à Vereadora Valdete Batista. Parabéns a todos os vereadores e ao povo de Aparecida. Que esta Lei seja para todo e sempre motivo de orgulho dos que dela fazem parte!

Laercio Ferreira Filho
Historiador e Produtor Cultural

PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO

Tamanha é a honra de poder, a convite da Presidente da Câmara dos Vereadores de Aparecida/PB, Exma. Sra. Vereadora Mayra Edwiges Alves de Figueiredo, prefaciá-la a nova Lei Orgânica deste Município.

Desde a criação de sua Lei Orgânica, o Município de Aparecida sofreu diversas modificações sociais, políticas e legislativas. Em razão destas, a Lei Orgânica igualmente passou por diversas modificações e reestruturações, para se adaptar às novas realidades que foram e continuam surgindo.

No entanto, 30 (trinta) anos após sua emancipação, a cidade de Aparecida/PB necessita de uma nova Lei Orgânica, unificando todas as alterações

Jornal Oficial do Município

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N. 04, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1997 - EDIÇÃO DE 1º A 31 DE AGOSTO DE 2024

pelas quais já passou e trazendo novidades de cunho principiológico, adequando-se aos preceitos trazidos pela Constituição Federal de 1988.

A Lei Orgânica é a manifestação máxima do poder do povo, eis que é posta à aprovação por legítimos representantes da população, eleitos por voto direto, secreto e universal. Trata-se da Constituição Municipal, versando sobre toda a organização, estrutura, legitimidade, poder, direitos e deveres, e prerrogativas do Município e de sua população.

Em razão dessa qualidade, não se poderia dar tratamento melhor à Lei Orgânica do que a reelaboração e reestruturação de seu texto, o que permitirá uma melhor compreensão da legislação primordial de um município.

É com toda satisfação e gratidão que prefacio a nova Lei Orgânica do Município de Aparecida, manifestando meus votos de agradecimento e sucesso ao povo de Aparecida/PB, legítimo detentor do poder, bem como ao Prefeito Municipal e a todos os Vereadores desta cidade, os quais confiaram em meu profissionalismo e competência para realizar esta digníssima tarefa.

Jacinto Gomes de Sousa Segundo
Procurador-Jurídico do Município

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo Aparecidense, reunidos em Assembleia Municipal Constituinte para elaborar uma Constituição Municipal, destinada a assegurar, no Município, o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil e ratificados pela Constituição do Estado da Paraíba, promulgamos, sob a proteção de DEUS, a seguinte Lei Orgânica do Município de Aparecida/PB.

SUMÁRIO

Titulo I – Disposições preliminares	
Capítulo I – do município (Art. 01 a 05) -----	05
Capítulo II – dos distritos (Art. 06 a 07) -----	05
Capítulo III – da competência do município (Art. 08 a 09) -----	06
Capítulo IV – das vedações (Art. 10º) -----	08
Titulo II – da organização municipal -----	09
Capítulo I dos poderes municipais (Art. 11º) -----	09
Capítulo II o poder legislativo -----	09
Seção I – Disposições gerais (Art. 12º a 13º) -----	09
Seção II – da câmara municipal (Art. 14º a 16º) -----	10
Seção III – Dos Vereadores (Art. 17º a 23º) -----	14
Seção IV – da mesa da câmara (Art. 24º a 29º) -----	17
Seção V – Das Sessões legislativas e ordinárias (Art. 30º a 32º) -----	20
Seção VI – das sessões legislativas e extraordinárias (Art. 33º) -----	20
Seção VII – das comissões (Art.34º a 35º) -----	21
Seção VIII - do processo legislativo -----	23
Subseção I – disposições gerais (Art. 36º) -----	23
Subseção II – das emendas a lei orgânica (Art. 37º)-----	23
Subseção III – das leis (Art. 38º a 50º) -----	23
Subseção IV – dos decretos legislativos e das resoluções (Art. 51º a 52º)-----	27
Subseção V - da participação popular (Art. 53º a 60º) -----	27
Seção IX – da fiscalização contábil, financeira e orçamentaria (Art. 61º a 63º)--	29
Capítulo III – do poder executivo -----	30
Seção I – do prefeito e do vice-prefeito(Art. 64º A 74º)-----	31
Seção II – das atribuições do prefeito (Art. 75º A 77º) -----	33
Seção III – das responsabilidades do prefeito (Art. 78º A 78º)-----	36
Seção VI – dos secretários municipais (Art. 80º A 84º)-----	37
Titulo III – da organização do governo municipal -----	38
Capítulo I – do parlamento municipal (Art. 85º A 86º) -----	38
Capítulo II – da administração municipal (Art. 87º a 90º) -----	38
Capítulo III – das obras e serviços municipais (Art. 91º a 94º)-----	41
Capítulo VI –dos bens municipais (Art. 95º a 99º) -----	42
Capítulo V – dos servidores municipais (Art. 100º a 108º) -----	44
Capítulo VI – dos atos municipais (Art. 109º a 110º) -----	47
Titulo IV – das atribuições do orçamento -----	48
Capítulo I – dos tributos municipais (Art. 111º a 118º) -----	49
Capítulo II – dos orçamentos -----	51
Seção I – disposições gerais (Art. 119º a 126º)-----	51
Seção II – das vedações orçamentarias (Art. 127º)-----	54
Seção III – da execução orçamentaria (Art. 128º a 131º)-----	55
Titulo V – do desenvolvimento urbano do município (Art. 132º a 133º)-----	56
Titulo VI – da ordem social do município -----	57
Capítulo I – disposições gerais (Art. 134º a 137º) -----	57
Capítulo II – da saúde (Art. 138º a 139º) -----	58
Capítulo III – da assistência social (Art. 140º a 141º) -----	58
Capítulo VI – da educação (Art. 142º a 146º)-----	59
Capítulo V - da cultura (Art. 147º a 149º)-----	60
Capítulo VI – dos desportos e do lazer (Art. 150º a 151º) -----	60
Capítulo VII - do meio ambiente (Art. 152º) -----	61

Capitulo VIII – Das Crianças e Adolescentes, Do Idoso e Das Pessoas com Deficiência (Art. 153º a 155º)-----	62
Titulo VI – das disposições finais (Art. 156º a 158º) -----	63

TÍTULO I Disposições Preliminares

CAPÍTULO I Do Município e Dos Fundamentos e Objetivos

Art. 1º. O Município de Aparecida é unidade da Federação Brasileira e do território do estado da Paraíba, dotando de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, nos termos estabelecidos na Constituição Federal e Estadual e nesta Lei Orgânica.

Art. 2º. Os limites do território do Município só podem ser alterados na forma estabelecida pelas Constituições Federal e Estadual.

Art. 3º. A cidade de Aparecida é a sede do Governo e do Município.

Art. 4º. São símbolos do Município a bandeira, o hino, o brasão e a canção, representativos da sua cultura e história.

Art. 5º. São objetivos fundamentais do Município de Aparecida:

I – garantir, no âmbito de sua competência, a efetividade dos direitos fundamentais da pessoa humana;

II – colaborar com os governos federal e estaduais na constituição de uma sociedade livre, justa e solidária;

III – promover o bem-estar e o desenvolvimento da comunidade local, buscando erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades;

IV – promover adequado ordenamento territorial, de modo a assegurar a qualidade de vida de sua população e a integração urbano-rural;

CAPÍTULO II Dos Distritos

Art. 6º. A criação, organização e supressão de distritos compete ao Município, observada a legislação estadual.

Parágrafo Único. O distrito será designado pelo nome da respectiva sede, que terá a categoria de vila.

Art. 7º. As condições para que um território se constitua em distrito e a forma de apuração do preenchimento destas condições são as estabelecidas na legislação estadual.

CAPÍTULO III Da Competência do Município

Art. 8º. Ao Município compete legislar sobre todos os assuntos de interesse local, ao bem estar de sua população, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 001/2024):

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

X - elaborar o estatuto dos seus servidores, observados os princípios da Constituição Federal, da Constituição Estadual e das leis correlatas;

XI - constituir guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei, podendo firmar convênio com a Polícia Militar do Estado para atendimento deste objetivo;

XII - firmar convênios, contratos, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres;

XIII - estabelecer e executar a política de desenvolvimento urbano, na forma do art. 182 da Constituição Federal;

XIV - assegurar a defesa do meio ambiente, mediante convênios com o Estado e a União, nos termos da legislação superior pertinente. Parágrafo único. A concessão ou permissão para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgoto sanitário, prevista no item

V deste artigo, somente será feita à empresa pública estadual constituída para este fim.

Art. 9º. Ao Município de Aparecida compete, em comum com a União e o Estado da Paraíba, observadas as normas de cooperação fixadas em lei complementar:

I – zelar pela guarda da Constituição das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II – cuidar da saúde e da assistência social, bem como da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V – proporcionar os meios de acesso à educação, à cultura e à ciência;

VI – proteger o meio-ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII – estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;

XIII – implementar as condições para atingir os seus objetivos;

XIV – implementar programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

CAPÍTULO IV Das Vedações

Art. 10º. Ao Município é vedado:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com elas ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvadas, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II – recusar fé aos documentos públicos;

III – criar distinções entre brasileiros ou preferência entre si;

IV – subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou com fins estranhos à administração;

V – manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens

que caracterizem promoção pessoal de autoridade, servidores públicos ou qualquer cidadão.

VI – outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato;

VII – criar, manter ou subvencionar fundo ou pensão que se destine a aposentadoria de ex-prefeitos e ex-vereadores.

TÍTULO II Da Organização Municipal

CAPÍTULO I Dos Poderes Municipais

Art. 11. São poderes do município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§1º - O Governo do Município é exercido pela Câmara de Vereadores com funções legislativas e fiscalizadoras e pelo Prefeito com funções executivas.

§2º - É vedado a qualquer dos poderes delegar atribuições e, ao que for investido na função de um deles, exercer as do outro, salvo nos casos previstos nesta lei.

CAPÍTULO II Do Poder Legislativo

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 12. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal de Vereadores, representantes do povo, eleitos no Município, em pleito direto e secreto pelo sistema proporcional, para um mandato de 04 (quatro) anos e funciona de acordo com esta Lei Orgânica e com o seu Regimento Interno.

§1º - O número de Vereadores à Câmara Municipal será proporcional à população do Município, obedecido aos limites estabelecidos pela Constituição Federal.

Art. 13. Salvo disposições em contrário, as deliberações da Câmara e de suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros, sempre em votação aberta. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n.º. 001/2024):

§1º. O Vereador que tiver interesse pessoal na deliberação não poderá votar sob pena de nulidade da votação, se o seu voto for decisivo.

§2º. O voto será sempre público nas deliberações da Câmara. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n.º. 001/2024):

SEÇÃO II Da Câmara Municipal

Art. 14. Cabe à Câmara, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e especialmente sobre:

I – tributos municipais, arrecadação e aplicação de suas rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual da administração local e autorização de aberturas de créditos;

III – operações de crédito, forma e meios de pagamentos;

IV – remissão de dívidas, concessões de isenções e anistias fiscais;

V – concessão de empréstimos, auxílios e subvenções;

VI – diretrizes gerais de desenvolvimento urbano, plano Diretor, plano de controle de uso, do parcelamento e de ocupação do solo urbano;

VII – código de obras e edificações;

VIII – serviço funerário e cemitérios;

IX – comércio ambulante;

X – organização dos serviços administrativos locais;

Jornal Oficial do Município

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N. 04, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1997 - EDIÇÃO DE 1º A 31 DE AGOSTO DE 2024

XI – regime jurídico de seus servidores;

XII – administração, utilização e alienação de seus bens;

XIII – criação, extinção de cargos, funções e empregos públicos e a fixação dos respectivos vencimentos;

XIV – transferência temporária da sede da administração municipal;

XV – denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XVI – delimitação do perímetro urbano;

XVII – com observância das normas gerais federais e suplementares do Estado:

- direito urbanístico;
- caça, pesca, conservação da natureza, preservação das florestas, da fauna e da flora, defesa do solo e dos recursos naturais;
- proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- educação, cultura, ensino e desporto;
- proteção à infância e à juventude;
- proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico;
- responsabilidade por danos ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Art. 15. São da competência exclusiva da Câmara, entre outras, as seguintes atribuições:

I – eleger sua Mesa e destituí-la na forma regimental;

II – elaborar seu Regimento Interno;

III – organizar os seus serviços administrativos e prover os respectivos cargos;

IV – propor projetos de lei que criem ou extinga os cargos de seus serviços e fixem os respectivos vencimentos, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

V – dar posse ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;

VI – conhecer da renúncia do Prefeito, Vice-Prefeito e vereadores;

VII – conceder licença ao prefeito para se ausentar do município, quando a ausência exceder a quinze dias;

VIII – conceder licença aos Vereadores, nos casos estabelecidos no Regimento Interno da Câmara;

IX – Fixar a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores, em cada legislatura para a subsequente, no ano das eleições, antes dos últimos 180 dias do término dos respectivos mandatos, fazendo jus também ao recebimento do abono natalino (décimo terceiro salário), terço de férias e verba indenizatória de apoio parlamentar (VIAP), observado o

disposto nas Constituições Federal, Estadual e nesta Lei Orgânica. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n.º. 001/2024):

X – tomar e julgar as contas do Prefeito e de suas Mesa, deliberando sobre o Parecer do Tribunal de Contas do Estado no prazo de 60 (sessenta) dias do seu recebimento, observando o seguinte:

- decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação da Câmara, as contas serão colocadas na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final;
- rejeitadas as contas serão elas, imediatamente, remetidas ao Ministério Público.

XI – autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município por mais de quinze dias;

XII – criar comissões especiais de inquérito, sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, sempre que o requerer, pelo menos, um terço de seus membros;

XIII – solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração ou sobre fato relacionado com matéria legislativa em tramitação;

XIV – convocar os Secretários Municipais para prestar informações sobre matéria de sua competência;

XV – apreciar vetos;

XVI – autorizar a alienação de bens imóveis do Município;

XVII – aprovar controle de concessão de serviço público;

XVIII – aprovar contrato de concessão administrativa ou de direito real de uso de bens municipais;

XIX – aprovar convênios onerosos com entidades públicas ou particulares e consórcio com outros municípios;

XX – proceder à tomada de contas do Prefeito e da sua Mesa, através de Comissão Especial, quando não apresentadas à Câmara dentro de 60 (sessenta) dias, após a abertura da sessão legislativa;

XXI – decretar a extinção e a perda do mandato do Prefeito e de Vereadores, nos casos indicados na Constituição da República e nesta Lei;

XXIII – conceder título de cidadão honorário, ou qualquer outra honrada ou homenagem.

§1º - Na hipótese da Câmara Municipal deixar de fixar, no prazo previsto, a remuneração de que trata o inc. IX, ficarão mantidos, na legislatura subsequente, os subsídios vigentes em dezembro do último exercício da legislatura anterior, admitida apenas a atualização dos valores. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n.º. 001/2024):

§2º - A Câmara Municipal delibera, mediante resolução, sobre assuntos de sua economia interna e nos demais ases de sua competência exclusiva, por meio de decreto legislativo.

§3º - É fixado em quinze dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da Administração Direta e Indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelo Poder Legislativo, importando em crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento, bem como a prestação de informação falsa.

Art. 16. dependem do voto favorável:

I – de 2/3 dos membros da Câmara:

- rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas;
- outorga de títulos e honrarias;
- autorização para:

- concessão de serviço públicas;
- concessão de direito real de uso de bens imóveis;
- alienação de bens imóveis;
- aquisição de bens imóveis por doação com encargo;
- contratação de empréstimo de entidades privadas.

II – da maioria absoluta dos membros da Câmara, a aprovação e alteração do:

- Código de Obras Edificações;
- Código Tributário Municipal;
- Estatuto dos Servidores Municipais;
- Regimento Interno da Câmara;
- Plano Diretor do Município;
- Solicitação de Intervenção do Estado, no Município.

SEÇÃO III Dos Vereadores

Art. 17. No primeiro ano de cada legislatura, no dia 1º de janeiro, às dezessete horas, em sessão solene de instalação, independente do quórum sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

§1º - O vereador que não tomar posse, na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo no prazo de até quinze dias, salvo motivo justo aceito pelo pleno da Câmara.

§2º - No ano da posse, os vereadores deverão desincompatibilizar-se. Na mesma ocasião, e ao término do mandato, deverão fazer declaração de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, constando de ata o seu resumo.

Art. 18. O mandato do Vereador será remunerado, na forma fixada pela Câmara Municipal, em cada legislatura para a subsequente, estabelecido como limite máximo 20% (vinte por cento) do valor percebido como remuneração, em espécie, por um deputado estadual.

Art. 19. O Vereador poderá licenciar-se somente:

I – por motivo de doença;

II – para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do município;

III – para tratar de interesses particulares, desde que, nesse caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa;

IV – por cento e vinte dias, nos casos de vereadoras gestantes.

§1º - Para fins de remuneração, considerar-se-á como em efetivo exercício, o Vereador licenciado nos termos dos incisos I, II e IV.

§2º - Será considerado automaticamente licenciado o Vereador investido no cargo de Secretário Municipal, hipótese em que poderá optar pela remuneração do mandato.

§3º - Dar-se-á a convocação do Suplente de Vereador, nos casos de vaga, de investidura em funções prevista neste artigo, de licença gestante e de outra licença superiores a cento e vinte dias.

§4º - Sempre que ocorrer vaga ou licença, o Presidente convocará o respectivo Suplente na primeira sessão ordinária da Câmara.

§5º - O Suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de quinze dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

§6º - Em caso de vaga, não havendo Suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato dentro de quarenta e oito horas ao Tribunal Regional Eleitoral, a quem compete realizar eleições para preenchê-la, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§7º - Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos Vereadores remanescentes.

Art. 20. Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 001/2024):

Parágrafo Único: A inviolabilidade de que trata o presente artigo abrange as repercussões espaciais das opiniões, palavras e votos veiculados por qualquer tipo de mídia. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 001/2024):

Art. 21. O Vereador não poderá:

I – desde a expedição do diploma:

- firmar ou manter contrato com o município, com suas entidades descentralizadas ou com empresas concessionárias de serviço público municipal de Aparecida, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior, ressalvada posse, em virtude de concurso público, observado o disposto no art. 38, I, IV e V, da Constituição Federal.

II – desde a posse:

- ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- ocupar cargo, função ou emprego de que seja demissível ad nutum nas entidades referidas no inciso I, alínea “a”;
- patrocinar causa contra qualquer das entidades referidas no inciso I, alínea “a”;
- ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 22. Ao Vereador que seja servidor público aplica-se as seguintes normas:

I – havendo compatibilidade de horário, exercerá cumulativamente seu cargo, função ou emprego, percebendo as vantagens sem prejuízo da Vereança;

II – não havendo compatibilidade de horário, ficará afastado de seu cargo, função ou emprego, sendo-lhe facultada optar pela sua remuneração, contandolhe

o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

III – afastado ou não do seu cargo, emprego ou função no serviço municipal, quando sujeito a avaliação de desempenho, tê-la-á, desde a posse, no conceito máximo.

Art. 23. Perderá o mandato o Vereador:

(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 001/2024):

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior; II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – nos casos previstos na legislação federal, em especial no Decreto Lei nº 201/67;

IV - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;

V - que não residir no Município;

VI - em caso de renúncia, considerada também como tal o não comparecimento para a posse, no prazo previsto nesta Lei Orgânica.

VII - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição da República;

§ 1º. É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno e no Decreto Lei nº 201/67, o abuso das prerrogativas asseguradas a membros da Câmara Municipal.

§ 2º. O mandato será cassado por decisão da Câmara, por voto aberto e maioria de dois terços, mediante provocação da Mesa Diretora, de qualquer dos Vereadores ou cidadão eleitor no Município, mediante processo definido no Regimento Interno, assegurada ampla defesa, devendo-se seguir o procedimento estipulado no Decreto Lei nº 201/67.

§ 3º. Nos casos específicos dos incisos VI e VII, o mandato será declarado extinto pela Mesa Diretora, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político.

SEÇÃO IV Da Mesa da Câmara

Art. 24. Imediatamente depois da posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais idoso dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara elegerão, através de votação aberta, os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

Parágrafo Único. Não havendo número legal, o Vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art. 25. A eleição para a renovação da Mesa Diretora realizar-se-á obrigatoriamente juntamente com a eleição dos membros da Mesa em 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição municipal, durante a sessão de instalação e preparação da Legislatura, empossados os eleitos no dia 01 de janeiro do respectivo biênio. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 001/2024):

Art. 26. O mandato da Mesa será de 02 (dois) anos, sendo proibida a reeleição sucessiva de qualquer um de seus membros para o mesmo cargo, independentemente dos biênios estarem na mesma Legislatura, sendo que passado um biênio do mandato do referido membro da mesa diretora, este poderá concorrer novamente a qualquer cargo da mesa, pois

não se configurará reeleição. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 001/2024):

Parágrafo Único. Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, quando faltoso, conforme disposições regimentais, devendo ser instaurado processo administrativo na forma do Decreto Lei Federal nº 201-67. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 001/2024):

Art. 27. À Mesa, dentre outras atribuições compete:

Jornal Oficial do Município

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N. 04, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1997 - EDIÇÃO DE 1º A 31 DE AGOSTO DE 2024

I – propor projetos de lei que crie m ou extingam cargos dos serviços da Câmara e fixem o respectivo vencimento;

II – elaborar e expedir, mediante ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las, quando necessário;

III – apresentar projetos de lei dispendo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total da dotação da Câmara;

VI – suplementar, mediante Ato, as dotações do orçamento da Câmara, observado o limite da autorização constante da Lei Orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

V – devolver à Tesouraria da Prefeitura o saldo do Caixa existente na Câmara ao final do exercício;

VI – enviar ac Prefeito, até o dia primeiro de março, as contas do exercício anterior;

VII – nomear, promover, comissionar, conceder gratificação, licenças, pôr em disponibilidade exonerar, demitir, aposentar e punir funcionários ou servidores da Secretaria da Câmara municipal, nos tempos da Lei;

VIII – declarar a perda do mandato de Vereador de ofício ou por provocação de qualquer de seus membros ou, ainda, de partido político representado na Câmara, nas hipóteses e formas previstas nesta Lei Orgânica.

Art. 28. Ao Presidente da Câmara, dentre outras atribuições, compete:

I – representar a Câmara em juízo e fora dele, sendo-lhes defeso a delegação de representação a pessoa que não sejam membros do Poder Legislativo;

II – dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos;

III – fazer cumprir o Regimento Interno;

IV – promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário;

V – fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por eles promulgadas;

VI – declarar a perda do mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em lei;

VII – requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara e aplicar as disponibilidades financeiras no mercado de capitais;

VIII – apresentar no Plenário, até o dia 20 de cada mês, o balanço relativo aos recursos recebidos e às despesas do mês anterior;

IX – representar contra a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal, frente à Constituição Federal e a do Estado;

X – solicitar a intervenção no Município, nos casos admitidos pelas Constituições Federal e Estadual, após a aprovação do pedido por maioria absoluta dos membros da Câmara;

XI – manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim.

Art. 29. O Presidente da Câmara ou seu substituto só terá voto:

I – na eleição da Mesa;

II – quando a matéria exigir, para sua aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da Casa;

III – quando houver empate em qualquer votação no plenário.

SEÇÃO V

Da Sessão Legislativa Ordinária

Art. 30. A Câmara Municipal de Aparecida reunir-se-á, anualmente, de 2 de fevereiro a 15 de junho e de 15 de julho a 15 de dezembro.

§1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§2º - A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§3º - A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais, conforme dispuser o seu Regimento Interno, e as remunerará de acordo com o estabelecido na legislação específica.

Art. 31. As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria de dois terços de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar.

Art. 32. As sessões só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara.

SEÇÃO VI

Da Sessão Legislativa Extraordinária

Art. 33. A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á nos casos de emergência ou de interesse público relevante.
(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n.º 001/2024):

I - pelo Prefeito;

II – pelo Presidente da Câmara, por sua iniciativa;

III- pela maioria dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º. Durante a sessão legislativa extraordinária, a Câmara deliberará, exclusivamente, sobre a matéria para a qual foi convocada.

§ 2º. As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente da Câmara, com antecedência de dois dias, na forma regimental.

SEÇÃO VII

Das Comissões

Art. 34. A Câmara terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com es atribuições previstas no respectivo Regimento ou no ato de que resulta a sua criação.

§1º - Em cada comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

§2º - Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

II – convocar Secretários Municipais para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

III – acompanhar, junto ao Executivo, os atos de regulamentação, velando por sua completa adequação;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixa de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – acompanhar, junto à Prefeitura, a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;

VI – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VII – apreciar programas de obras, planos municipais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

VIII – dar parecer em projetos de lei, de resolução, de decreto legislativo, ou de outros expedientes, quando convocadas.

§3º - Durante o recesso, haverá uma comissão representativa da Câmara, eleita na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas em seu Regimento Interno, cuja composição reproduzirá, tanto quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

§4º - O Presidente tem a prerrogativa de remover e substituir qualquer membro da comissão que se recuse injustificadamente em emitir parecer acerca de propositura sob sua análise, bem como se ausente das reuniões das comissões

por 03 vezes consecutivas ou 06 seguidas durante o ano, podendo ainda o Presidente nomear membro ad hoc para funcionar na comissão.

Art. 35. As Comissões especiais de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento da Casa, e serão criadas pela Câmara mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para a promoção da responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§1º - As comissões especiais de inquérito, no interesse da investigação, poderão:

I – proceder às vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;

II – requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;

III – transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhe competirem.

§2º - No exercício de suas atribuições, poderão, ainda, as comissões especiais de inquérito, por intermédio de seu Presidente:

I – determinar as diligências que reputarem necessárias;

II – requerer a convocação de Prefeito, Vice-Prefeito e Secretário Municipal;

III – tomar o depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

IV – proceder às verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração Direta e Indireta.

SEÇÃO VIII Do Processo Legislativo

SUBSEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 36. O processo legislativo compreende:

I – emendas à Lei Orgânica do Município;

II – leis complementares;

III – leis ordinárias;

IV – decretos legislativos;

V – resoluções.

SUBSEÇÃO II Das Emendas à Lei Orgânica

Art. 37. A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta:

I – do Prefeito;

II – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara municipal;

III – de cinco por cento, no mínimo, do eleitorado Municipal.

§1º - A proposta de emenda à Lei Orgânica será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§2º - A emenda aprovada nos termos deste artigo será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.

§3º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§4º - A Lei Orgânica não poderá ser emendada no período compreendido entre a eleição e a posse do Prefeito.

SUBSEÇÃO III Das Leis

Art. 38. As leis complementares exigem, para sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo Único. São leis complementares as concernentes às seguintes matérias:

I – Código Tributário do Município;

II – Código de Obras ou de Edificações;

III – Estatuto dos Servidores Municipais;

IV – Plano Diretor do Município;

V – aquisição de bens móveis por doação com encargo;

VI – autorização para obtenção de empréstimo de particular.

Art. 39. As leis ordinárias exigem, para sua aprovação, o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

Art. 40. A votação e a discussão da matéria constante da ordem do dia só poderão ser efetuadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo Único. A aprovação da matéria colocada em discussão dependerá de solo favorável da maioria dos vereadores presentes na sessão, ressalvados os casos previstos nesta lei.

Art. 41. A iniciativa das leis ordinárias e complementares cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou Comissão da Câmara, e aos cidadãos, observado o disposto nesta lei. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 001/2024).

Art. 42. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

I – a criação, a extinção ou a transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica;

II – fixação ou aumento da remuneração dos servidores;

III – regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;

IV – organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviço público e pessoal da administração;

V – criação, estruturação e atribuição dos órgãos da administração pública municipal.

Art. 43. É da competência exclusiva da Câmara a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

I – a criação, a extinção ou a transformação de cargos, funções ou empregos de seus serviços;

II – fixação ou aumento de remuneração de seus servidores;

III – organização e funcionamento dos seus serviços.

Art. 44. Não será admitido aumento de despesa prevista nos:

I – projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, ressalvado o disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 166 da Constituição da República;

II – projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 45. A iniciativa popular poderá ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado municipal.

§1º - A proposta popular deverá ser articulada, exigindo-se para seu recebimento a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo título eleitoral.

§2º - A tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo estabelecidos nesta lei.

Art. 46. O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de trinta dias.

§1º - Decorrido, sem deliberação, o prazo fixado no caput deste artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na ordem do dia, para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, com exceção da apreciação de vetos e Lei Orçamentária.

§2º - O prazo referido neste artigo não corre nos períodos de recesso da Câmara e não se aplica aos projetos de codificação.

Art. 47. O projeto aprovado em turno único de votação será, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado pelo Presidente da Câmara ao Prefeito, que, concordando, sancionará e promulgará, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n.º. 001/2024).

Art. 48. Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara dos motivos do veto.

§1º - O veto deverá ser sempre justificado e, quando parcial, abrangerá o texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§2º - As razões aduzidas no veto serão apreciadas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do seu recebimento, em uma única discussão.

§3º - O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, realizada a votação aberta. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n.º. 001/2024).

§4º - Esgotado, sem deliberação, o prazo previsto no parágrafo 2º deste artigo, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais disposições até sua votação final.

§5º - Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito, em 48 (quarenta e oito) horas, para a promulgação.

§6º - Se o Prefeito não promulgar a lei em 48 (quarenta e oito) horas, nos casos de sanção tácita ou rejeição de veto, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente, em igual prazo, fazê-lo.

§7º - A lei promulgada nos termos do parágrafo anterior produzirá efeitos a partir de sua publicação.

§8º - Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo seu Presidente, com o mesmo número da lei original, observado o prazo estipulado no parágrafo 6º.

§9º - O prazo a que se refere o parágrafo 2º não corre nos períodos de recesso da Câmara.

§10 - A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§11 - Na apreciação do veto, a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 49. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos vereadores

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Prefeito, que serão sempre submetidos à deliberação da Câmara.

Art. 50. O projeto de lei que receber, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as Comissões, será tido como rejeitado.

SUBSEÇÃO IV Dos Decretos Legislativos e Das Resoluções

Art. 51. O projeto de decreto legislativo é a proposição destinada a regular matéria de competência exclusiva da Câmara, que produza efeitos externos, não dependendo, porém, de sanção do Prefeito.

Parágrafo Único. O decreto legislativo aprovado pelo Plenário, em um só turno de votação, será promulgado pelo Presidente da Câmara.

Art. 52. O projeto de resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara, de sua competência exclusiva, não depende de sanção do Prefeito.

Parágrafo Único. O projeto de resolução aprovado pelo Plenário, em um só turno de votação, será promulgado pelo Presidente da Câmara.

SUBSEÇÃO V Da Participação Popular

Art. 53. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal, da Constituição do Estado e desta Lei Orgânica, com a participação das entidades associativas.

Art. 54. A soberania popular, no Município de Aparecida, será exercida pelo sufrágio universal, pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos e mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa legislativa popular;
- IV – audiência pública;
- V – conselhos populares.

Art. 55. É garantida a participação popular nas decisões do Município e no aperfeiçoamento democrático de suas instituições.

Parágrafo Único. A participação de que trata o caput deste artigo se dará através dos mecanismos previstos nesta Lei Orgânica e também através das entidades representativas da sociedade civil.

Art. 56. O plebiscito e o referendo serão realizados, nos termos da lei, sempre que houver solicitação de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado, ou ainda por Resolução da Câmara Municipal, motivada por iniciativa de qualquer de seus membros ou do Prefeito Municipal.

Art. 57. O povo, através de plebiscito ou referendo, poderá apreciar qualquer matéria de âmbito municipal ou ato do Poder Legislativo e do Poder Executivo, decidindo soberanamente sobre eles.

Art. 58. Será realizado, obrigatoriamente, plebiscito, antes da aprovação de obras, que tenham grande impacto ambiental, segundo critérios definidos em lei.

Art. 59. É obrigatória a realização de audiência pública nos seguintes casos:

- I – projeto de licenciamento que possa gerar grande impacto ambiental, definido em lei;
- II – atos que envolvam conservação ou modificação do patrimônio histórico, arquitetônico, artístico ou cultural do município;
- III – elaboração da proposta orçamentária e plano plurianual;
- IV – apreciação e discussão do Plano Diretor;
- V – elaboração ou alteração de legislação reguladora de uso e ocupação do solo.

Art. 60. A audiência pública prevista no artigo anterior deverá ser divulgada, em pelo menos dois órgãos da imprensa local, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência.

SUBSEÇÃO VI

Da Fiscalização Contábil Financeira e Orçamentária

Art. 61. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e de todas as entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade, assim como a aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno que, de forma integrada, serão mantidos pelos Poderes Legislativo e Executivo. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 001/2024).

Art. 62. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§1º - O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas anuais do Município só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§2º - As contas do Município serão enviadas ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 31 de março, devendo, a partir desta data, durante no mínimo sessenta dias, uma das vias permanecerem à disposição para exame e apreciação de qualquer contribuinte, na Câmara junto a quem poderá questionar sua legalidade, nos termos da lei.

§3º - O contribuinte poderá questionar a legitimidade das contas, mediante petição escrita dirigida ao Presidente da Câmara Municipal.

§4º - A Câmara apreciará as objeções ou impugnações do contribuinte em sessão ordinária dentro de, no máximo, quinze dias a contar de seu recebimento.

§5º - Se acolher a impugnação, abrirá vista ao impugnado para apresentação de defesa, no prazo de quinze dias, franqueando-lhe vista aos autos, na Secretaria da Câmara, durante o horário normal de expediente desta, encaminhando a impugnação com a decisão da Câmara, ao Tribunal de Contas, dentro de 5 dias.

§6º - Recebido o parecer prévio, a Câmara deverá pronunciar-se no prazo de sessenta dias, na forma que a lei dispuser.

§7º - Se a Câmara não deliberar no prazo de que trata o parágrafo anterior, considerar-se-á prevalecendo o parecer do Tribunal de Contas.

§8º - Concluindo o parecer pela rejeição das contas e sendo confirmado pela Câmara, serão adotadas, de imediato, as providências observadas as formalidades legais.

§9º - As contas do Prefeito, enviada à apreciação do Tribunal de Contas, na forma e prazo descritos no parágrafo 2º deste artigo, também o serão à respectiva Câmara, acompanhadas dos devidos comprovantes de despesas a que elas se referam, sempre através de recibos, faturas ou documento fiscal.

Art. 63. A Câmara e a Prefeitura manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto a eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração Municipal, bem como aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.

§1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

§2º - Qualquer munícipe, eleitor, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar, mediante petição escrita e devidamente assinada, irregularidade ou ilegalidade perante o Tribunal de Contas.

CAPÍTULO III Do Poder Executivo

SEÇÃO I

Do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 64. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais, estes, em números e atribuições definidos em lei.

Parágrafo Único. Além da idade mínima de vinte e um anos, aplica-se a elegibilidade do prefeito e vice-prefeito o que dispõe a Constituição Federal, a legislação Federal e Estadual.

Art. 65. O Prefeito e o Vice Prefeito, registradas as respectivas candidaturas conjuntamente, serão eleitos simultaneamente, por eleição direta, em sufrágio universal e secreto, até 90 (noventa) dias antes do término do mandato de seu antecessor.

Art. 66. O Prefeito e o Vice Prefeito prestarão compromisso, tomarão posse e assumirão o exercício na sessão solene de instalação do período legislativo da Câmara Municipal, no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição e prestarão o seguinte juramento: “Prometo defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual e a Lei Orgânica do Município, observar as leis e desempenhar com honra e lealdade as minhas funções, trabalhando pelo desenvolvimento do Município de Aparecida”.

§1º - Se decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

§2º - Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito, e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara.

§3º - No ato de posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, as quais serão transcritas em livro próprio, constando de ata o seu resumo.

§4º - O Prefeito e o Vice Prefeito, deverão descompatibilizar-se no ato da posse.

§5º - Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito:

(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 001/2024):

I - em caso de falecimento ou de renúncia;

II - nos demais casos previstos em lei.

Art. 67. O Prefeito não poderá, desde a posse, sob pena de perda de cargo:

I – firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes;

II – aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível ad nutum, nas entidades constantes do inciso anterior, ressalvada a posse em virtude de concurso público;

III – ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo;

IV – patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades já referidas;

V – ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

Art. 68. O Vice-Prefeito substitui o Prefeito em caso de licença ou impedimento, e o sucede no caso de vaga ocorrida após a diplomação.

§1º - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito sempre que por ele convocado para missões especiais.

§2º - O Vice-Prefeito não poderá recusar-se a substituí-lo, sob pena de extinção do respectivo mandato.

Art. 69. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, assumirá o Presidente da Câmara.

Parágrafo Único. Enquanto o substituto legal não assumir, responderão pelo expediente da Prefeitura, sucessivamente, o Secretário de Finanças e o Secretário de Administração.

Art. 70. Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição 90 (noventa) dias depois de aberta a última vaga.

Jornal Oficial do Município

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N. 04, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1997 - EDIÇÃO DE 1º A 31 DE AGOSTO DE 2024

§1º - Ocorrendo a vacância nos 2 (dois) últimos anos do mandato, a eleição para ambos os cargos será feita pela Câmara Municipal, 30 (trinta) dias depois da última vaga, na forma da lei.

§2º - Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos seus antecessores.

Art. 71. O Prefeito residirá no Município e não poderá deste se ausentar ou afastar-se do cargo sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do cargo, salvo por período não superior a 15 (quinze) dias.

Art. 72. O Prefeito poderá licenciar-se:

I – quando da viagem a serviço ou em missão de representação do Município, devendo enviar à Câmara relatório circunstanciado dos resultados;

II – quando impossibilitado do exercício do cargo, por motivo de doença devidamente comprovada.

Parágrafo Único. Nos casos deste artigo, o Prefeito licenciado terá direito ao subsídio e à verba de representação.

Art. 73. A extinção do mandato e a apuração dos crimes de responsabilidade ou por infrações político-administrativas do Prefeito ou seu substituto ocorrerão na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica e na legislação federal.

Art. 74. A remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito será fixada conforme o estabelecido no inc. IX do art. 17, desta Lei Orgânica. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 001/2024).

SEÇÃO II Das Atribuições do Prefeito

Art. 75. Ao Prefeito compete privativamente:

I – nomear e exonerar os Secretários Municipais e os auxiliares diretos;

II – exercer com o auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior da Administração Municipal;

III – com a participação popular, de entidades formais e informais elaborar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município e enviá-los à Câmara;

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

V – representar o Município, em juízo e fora dele, ou por intermédio da Assessoria Jurídica do Município, na forma estabelecida em lei especial;

VI – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir regulamentos para sua fiel execução;

VII – vetar, no todo ou em parte, projetos de lei, na forma prevista nesta Lei Orgânica;

VIII – decretar desapropriações e instituir servidões administrativas;

IX – expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

X – permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros;

XI – permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros;

XII – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

XIII – prover e extinguir os cargos públicos municipais, na forma da lei, e expedir os demais atos referentes à situação dos servidores, ressalvada a competência da Câmara;

XIV – remeter mensagem e plano de governo à Câmara, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;

XV – encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 31 de março de cada ano, a sua prestação de contas e a da Mesa da Câmara, bem como os balanços do exercício findo;

XVI – encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XVII – fazer publicar os atos oficiais;

XVIII – prestar à Câmara, dentro de 30 (trinta) dias, as informações solicitadas na forma regimental;

XIX – aplicar multas previstas em lei e contratos, bem como relevá-las quando impostas irregularmente;

XX – resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidos;

XXI – oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, os logradouros públicos;

XXII – aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, armamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XXIII – solicitar o auxílio da Polícia do Estado para garantia do cumprimento de seus atos, bem como fazer uso da Guarda Municipal no que couber;

XXIV – elaborar o Plano Diretor, com a participação popular e de entidades formais e informais;

XXV – conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXVI – exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica.

Parágrafo Único. O Prefeito poderá delegar, por decreto, aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva.

Art. 76. Até 30 (trinta) dias antes da posse do sucessor, o Prefeito Municipal deverá preparar, para entregar-lhe e para publicação imediata, relatórios da situação da Administração Municipal que conterà, entre outras, informações atualizadas sobre:

I – dívidas do Município, por credor, com as datas dos respectivos vencimentos, inclusive das dívidas a longo prazo e encargos decorrentes de operações de crédito, informando sobre a capacidade da Administração Municipal realizar operações de crédito de qualquer natureza;

II – medidas necessárias à regularização das contas municipais, perante o Tribunal de Contas ou órgão equivalente, se for caso;

III – prestação de Contas, ainda não feitas, de convênios celebrados com organismos da União e do Estado, bem como do recebimento de subvenções ou auxílios;

IV – situação dos contratos com concessionárias de serviços públicos;

V – estado dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados, informando sobre o que foi realizado e pago, e o que há por executar e pagar, com os prazos respectivos;

VI – transferências a serem recebidas da União e do Estado, por força do mandamento constitucional ou de convênios;

VII – projetos de leis de iniciativa do Poder Executivo em curso na Câmara Municipal.

Art. 77. É vedado ao Prefeito Municipal assumir, por qualquer forma, compromisso financeiro para a execução de programas ou projetos, após o término de seu mandato, não previstos na legislação orçamentária.

§1º - O disposto neste artigo não se aplica nos casos comprovados de calamidade pública.

§2º - Serão nulos e não produzirão nenhum efeito os empenhos e atos praticados em desacordo com este artigo, sem prejuízo da responsabilidade do Prefeito Municipal.

Jornal Oficial do Município

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N. 04, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1997 - EDIÇÃO DE 1º A 31 DE AGOSTO DE 2024

SEÇÃO III

Da Responsabilidade do Prefeito

Art. 78. O Prefeito será processado e julgado:

I – pelo Tribunal de Justiça do Estado, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, nos termos da legislação federal aplicável;

II – pela Câmara Municipal nas infrações político-administrativas, nos termos do seu Regimento Interno, assegurando entre outros requisitos de validade, o contraditório, a publicidade, a ampla defesa, com os meios e recursos a ele inerentes, e a decisão motivada que se limitará a decretar a cassação do mandato do Prefeito.

§1º - Admitir-se-á denúncia por qualquer Vereador, por partido político e por qualquer eleitor do município.

§2º - Não participará do processo nem do julgamento o Vereador denunciante.

§3º - No caso do item II, se decorridos 90 (noventa) dias, e o julgamento não estiver concluído, o processo será arquivado.

Art. 79. São crimes de responsabilidade os atos do Prefeito, além dos previstos em lei, que atentarem contra esta Lei Orgânica, contra a Constituição Federal e Estadual e, especialmente contra:

I – a existência da União, do Estado e do Município;

II – o livre exercício do Poder Legislativo e demais poderes constitucionais da República e do Estado;

III – o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV – a probidade na administração;

V – lei orçamentária;

VI – o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

SEÇÃO IV

Dos Secretários Municipais

Art. 80. Os Secretários Municipais serão livremente escolhidos e nomeados dentre brasileiros maiores de 21 (vinte e um) anos e no exercício dos direitos políticos.

Art. 81. A lei disporá sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias.

Art. 82. Compete ao Secretário Municipal, além de outras atribuições estabelecidas nesta Lei Orgânica e na lei:

I – exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da Administração Municipal, na área de sua competência;

II – referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito, pertinentes a sua área de competência;

III – apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados na Secretaria;

IV – praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito;

V – expedir instruções para a execução das leis, regulamentos e decretos.

Art. 83. A competência dos Secretários Municipais abrangerá todo o território do Município, nos assuntos pertinentes às respectivas Secretarias.

Parágrafo Único. Os secretários Municipais terão os mesmos impedimentos dos Vereadores e do Prefeito, enquanto nele permanecerem no exercício do cargo.

Art. 84. Os Secretários municipais farão declaração de bens no ato da posse e, no termo do exercício do cargo, encaminhando cópias da mesma a Câmara Municipal.

TÍTULO III

Da Organização do Governo Municipal

CAPÍTULO I

Do Planejamento Municipal

Art. 85. O Município deverá organizar a sua administração, exercer suas atividades e promover sua política de desenvolvimento urbano dentro de um

processo de planejamento permanente, atendendo aos objetivos e diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e mediante adequado Sistema de Planejamento.

§1º - O Plano Diretor é o instrumento orientador e básico dos processos de transformação de espaço urbano e de sua estrutura territorial, servindo de referência para todos os agentes públicos e privados que atuam na cidade.

§2º - Sistema de Planejamento é o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos voltados à coordenação da ação planejada da Administração Municipal.

Art. 86. A delimitação da zona urbana será definida por lei, observando o estabelecido no Plano Diretor.

CAPÍTULO II Da Administração Municipal

Art. 87. A administração pública direta, indireta ou fundacional do Município obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e, também, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III – o concurso público será fiscalizado por comissão formada pelo prefeito, na forma prevista em lei;

IV – o prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável uma vez por igual período;

V – durante o prazo improrrogável previsto no Edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira;

VI – os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

VII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

VIII – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

IX – a lei fixará a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;

X – a remuneração dos servidores públicos somente pode ser fixada ou alterada por lei específica, assegurada revisão geral, sem distinção de índices, sempre na mesma data;

XI – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XII – é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal de serviço público municipal, ressalvado o disposto nos incisos anteriores, as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho;

XIII – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público municipal não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimo ulteriores sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XIV – o subsídio e os vencimentos de ocupantes de cargos e empregos públicos

municipais são irredutíveis, ressalvado o disposto neste artigo, nos incisos XII e XIII, o princípio da isonomia e a obrigação do pagamento do imposto de renda, retido na fonte;

XV – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVI – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público Municipal;

XVII – nenhum servidor será designado para funções não constantes das atribuições do cargo que ocupa, a não serem substituição e, se acumulada, com gratificação de lei;

XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresas públicas, sociedade de economia mista e de fundação pública;

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação delas em empresas privadas;

XXI – ressalvados os casos determinados na legislação federal mediante processo de licitação pública, que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, as existências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

§1º - A administração pública municipal é direta quando realizada por órgãos da Prefeitura ou da Câmara.

§2º - A Administração Pública Municipal é indireta quando realizada por:

- I – autarquia;
- II – fundação pública;
- III – sociedade de economia mista;
- IV – empresa pública.

§3º - A Administração Pública Municipal é fundacional quando realizada por fundação instituída ou mantida pelo município, conforme as áreas de atuação definidas em lei complementar federal;

§4º - A Administração Pública Municipal é terceirizada quando realizada por empresa privada.

Art. 88- Os profissionais que, a qualquer título, antes de 14 de fevereiro de 2006, começaram a desempenhar as atividades de agente comunitário de saúde,

na forma da lei, ficam dispensados de se submeterem ao processo seletivo público a que se refere o inciso II do art. 92 da Lei Orgânica do Município, desde que se possa certificar que foram contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública realizado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta do Estado ou do Município ou por outras instituições, se autorizado e supervisionado pela administração direta.

Art. 89. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, qualquer que seja o veículo de comunicação, somente poderá ter caráter informativo, educativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 90. Os veículos pertencentes ao Poder Público Municipal terão identificação própria, inclusive os de representação, permitido o seu uso, exclusivamente, a serviço.

CAPÍTULO III Das Obras e Serviços Municipais

Art. 91. A execução de obras públicas municipais deverá ser sempre precedida de projeto elaborado, segundo as normas técnicas e deverá estar adequada às diretrizes do Plano Diretor.

Art. 92. Observadas as normas gerais estabelecidas pela União, lei municipal disciplinará o procedimento de licitação imprescindível à contratação de obras, serviços, compras e alienações do Município.

Parágrafo Único. Nas licitações do Município e de suas entidades da Administração Indireta, observar-se-ão, sob pena de nulidade, os princípios de isonomia, publicidade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Art. 93. O Município organizará e prestará, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de sua competência.

§1º - O transporte coletivo, direito dos munícipes, é dever do Poder Público, e terá caráter essencial.

§2º - A concessão de serviço Público será outorgada mediante contrato precedido de licitação e autorização legislativa.

§3º - A permissão de serviço público, sempre a título precário, será outorgada por decreto, após edital de chamamento de interessados, para escolha do melhor pretendente.

§4º - Os serviços concedidos e permitidos ficarão sempre sujeitos a regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo, aos que os executam, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

§5º - O Município poderá intervir na prestação dos serviços concedidos ou permitidos para corrigir distorções ou abusos, bem como retomá-los, sem indenização, desde que executados em desconformidade com o contrato ou ato, assim como aqueles que se revelam insuficientes para o atendimento dos usuários.

Art. 94. As tarifas dos serviços públicos e de utilidade pública deverão ser fixadas pelo Prefeito, tendo em vista a justa remuneração, segundo critérios estabelecidos em lei municipal.

CAPÍTULO IV Dos Bens Municipais

Art. 95. Integram o patrimônio do Município todos os bens imóveis e móveis, direitos e ações que, por qualquer título, lhe pertençam.

Art. 96. Compete ao Prefeito a administração do patrimônio municipal, respeitada a competência da Câmara quanto aos bens utilizados em seus serviços.

Art. 97. A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 98. A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público, devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa, dispensando esta, nos casos seguintes:

- a) doação, devendo constar dos contratos os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão sob pena de nulidade do ato;
- b) permuta.

II – quando móveis, dependerá de licitação, dispensada esta, nos seguintes casos:

- a) doação, que será permitida exclusivamente para fins de interesse social;
- b) permuta;
- c) venda de ações, que se fará em bolsa, com autorização legislativa.

§1º - O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e licitação. A licitação poderá ser dispensada por lei quando o uso se destinar a

concessionária de serviço público, a entidade assistências ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§2º - A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificação, resultantes de obras públicas, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa.

§3º - As áreas transferidas ao Município, em decorrência da apresentação de loteamento, serão consideradas bens dominas, enquanto não se efetivarem benfeitorias que lhes deem outra destinação.

Art. 99. O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, se o interesse público o justificar.

§1º - A concessão administrativa dos bens Públicos de uso especial e dominial far-se-á mediante contrato, precedida de autorização legislativa e licitação, dispensada esta, por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidade assistencial, ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

§2º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por decreto.

§3º - A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividades ou uso específicos e transitórios, pelo prazo máximo de noventa dias.

CAPÍTULO V Dos Servidores Municipais

Art. 100. A lei assegurará aos servidores da administração isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores do poder Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Art. 101. São direitos dos servidores públicos:

I – salário mínimo, fixado em lei federal, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo;

II – irredutibilidade de vencimento;

III – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IV – salário família para seus dependentes;

V – redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

VI – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma de lei;

VII – remuneração de trabalho noturno superiora do diurno;

VIII – repouso semanal remunerado, preferencialmente, aos domingos;

IX – férias anuais remuneradas, com pelo menos, um terço a mais do que os vencimentos normais;

X – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

XI – licença à paternidade, nos termos da Lei Federal;

XII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e dos vencimentos, com a duração de cento e vinte dias;

XIII – proibição de diferença de salário e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XIV – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais, facultada a compensação de horário e a redução da jornada, mediante acordo;

XV – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento;

XVI – progressão a ascensão funcionais.

Art. 102. Ao servidor público municipal em exercício de mandato eletivo aplicase as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração de cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do artigo anterior;

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício do mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Art. 103. O servidor será aposentado:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II – compulsoriamente aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta e cinco anos de efetivo exercício em função de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;

c) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§1º - O tempo de serviço federal, estadual ou de outros municípios, será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

§2º - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclamação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§3º - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observando o disposto no parágrafo anterior.

Art. 104. São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§1º - O servidor público estável só perderá o cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada ampla defesa.

§2º - Invalídada, por sentença judicial, a demissão do servidor municipal, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§3º - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 105 É livre a associação profissional ou sindical de servidor público municipal, na forma da lei federal.

Parágrafo Único. É assegurado o direito de filiação de servidores profissionais liberais, professores, servidores da área de saúde, à sindicato de sua categoria.

Art. 106. O direito de greve, assegurado aos servidores municipais, não se aplica aos que exercem funções em serviços ou atividades essenciais, assim definidas em lei.

Art. 107. É assegurada a participação dos servidores públicos municipais, por eleição, nos colegiados da administração pública em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objetivos de discussão e deliberação.

Art. 108. A função administrativa municipal é exercida:

I – na Administração direta, autárquica e fundacional, por servidores públicos ocupantes de cargos públicos, criados e organizados pela lei em planos de carreira em caráter efetivo ou em comissão;

II – nas sociedades de economia mista e empresas públicas, por empregados públicos, ocupantes de empregos públicos ou funções de confiança, sob o regime da legislação trabalhista.

§1º - A lei definirá os cargos de confiança de livre provimento em comissão exoneração.

§2º - Lei municipal estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, cuja regulamentação se dará por ato próprio de cada um dos Poderes.

CAPÍTULO VI Dos Atos Municipais

Art. 109. A publicidade das leis e dos atos municipais far-se-á no Semanário do Município e também mediante edital, em local próprio e de acesso público, na sede da Prefeitura ou da Câmara.

§1º - Os atos de efeitos externos só produzirão efeitos após a sua publicação;

§2º - A prefeitura e a Câmara organizarão registros de seus atos e documentos, de forma a preservar-lhes a inteireza e possibilitar-lhes a consulta a extração de cópias e certidões, sempre que necessário.

Art. 110. A formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito far-se-á:

I – mediante lei, quando se tratar de:

- criação ou extinção de gratificação, quando autorizados por lei;
- abertura de créditos especiais e suplementares, quando autorizados por lei;
- declaração de utilidade pública de interesse social para efeito de desapropriação ou servidão administrativa;
- criação, alteração e extinção de órgãos da Prefeitura, quando autorizada em lei;
- definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não privativas de lei;
- aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da administração direta;
- aprovação dos estatutos dos órgãos da administração descentralizada;
- fixação e alteração dos preços dos serviços prestados pelo Município e dos preços dos serviços concedidos ou autorizados;
- permissão para a exploração de serviços e para uso de bens;
- aprovação de planos de trabalho dos órgãos da administração direta;
- criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados, não privativos da lei;
- medidas executórias do Plano Diretor;
- estabelecimento de normas de efeitos externos, não privativas de lei.

II – mediante portaria, quando se tratar de:

- provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeitos individuais, relativos aos servidores municipais;
- lotação e relocação nos quadros de pessoal;
- criação de comissões e designação de seus membros;
- instituição e dissolução de grupos de trabalhos;
- autorização para contratação de servidores, por prazo determinado, e dispensa;
- abertura de sindicância e processos administrativos e aplicação de penalidade;

g) outros atos que, por sua natureza ou finalidade, não sejam objeto de lei ou decreto.

Parágrafo Único. Poderão ser delegados os atos constantes do item II deste artigo.

TÍTULO IV Da Tributação e Do Orçamento

CAPÍTULO I Dos Tributos Municipais

Art. 111. Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I – imposto sobre:

- propriedade predial e territorial urbana;
- transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;
- serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado e definidos em lei complementar federal.

II – taxas, em razão de exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos especiais ou divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III – contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§1º - O imposto previsto no inciso I, alínea “a”, deste artigo, deverá ser progressivo nos termos da lei municipal a fim de assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§2º - O imposto de que trata o inciso I, alínea “b”, deste artigo, não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

Art. 112. A administração tributária é atividade vinculada, essencial ao município, e deverá estar dotada de recursos humanos e materiais necessários ao fiel exercício de suas atribuições, principalmente no que se refere a:

I – cadastramento dos contribuintes e das atividades econômicas;

II – lançamento de tributos;

III – fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias;

IV – inscrição dos inadimplentes em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou encaminhamento para cobrança judicial.

Art. 113. O Prefeito Municipal promoverá, periodicamente, a atualização da base de cálculos dos tributos municipais.

§1º - A base de cálculo de imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) será atualizado anualmente, antes do término do exercício.

§2º - A atualização da base de cálculo de imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza, cobrado de autônomos e sociedades civis, obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.

§3º - A atualização da base de cálculos das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia municipal obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.

§4º - A atualização da base de cálculo das taxas de serviços levará em consideração a variação de custos dos serviços prestado ao contribuinte ou colocado à sua disposição.

Art. 114. A concessão de isenção e anistia de tributos municipais dependerá de autorização legislativa, aprovada por maioria de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Art. 115. A remissão de créditos tributários somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública ou notória pobreza do contribuinte, devendo a lei que autorize ser aprovada por maioria de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Art. 116. A concessão de isenção, anistia ou moratória não gera direito adquirido e será revogada, de ofício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para sua concessão.

Art. 117. É de responsabilidade do órgão competente da Prefeitura Municipal a inscrição em dívida ativa dos créditos provenientes de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de infração à legislação tributária, com prazo de pagamento fixado pela legislação ou por decisão proferida em processo regular de fiscalização.

Art. 118. Ocorrendo a decadência de direito de constituir o crédito tributário ou a prescrição da ação de cobrá-los, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

Parágrafo Único. A autoridade municipal, qualquer que seja o seu cargo, emprego ou função, é independentemente de vínculo que possuir com o município, responderá civil, criminal e administrativamente, pela prescrição ou decadência ocorrida sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município no valor dos créditos prescritos ou não lançados.

CAPÍTULO II Dos Orçamentos

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 119. Leis de Iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

§1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as diretrizes, os objetivos e metas das administrações públicas municipais para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuadas.

§2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de fomentos.

§3º - O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§4º - Os planos e programas municipais, e setoriais previstos nesta Lei Orgânica serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.

Art. 120. A lei orçamentária anual será elaborada com a participação popular, inclusive entidades formais e informais, na forma que dispuser a Lei e compreenderá:

I – o orçamento fiscal;

II – o orçamento das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo município.

§1º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativos de efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§2º - Os orçamentos, compatibilizados com o plano plurianual, terão, entre suas funções, a de reduzir desigualdades entre os distritos do Município, segundo critério populacional.

§3º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo nessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei federal aplicável.

Art. 121. O orçamento municipal assegurará investimentos prioritários em programas de educação, de ensino pré-escolar fundamental, de saúde e saneamento básico e de moradia.

Art. 122. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual, todos de iniciativas exclusivas do Prefeito, serão apreciados pela Câmara Municipal, com observância do disposto no artigo 37 e seguinte desta lei e das normas contidas nos parágrafos deste artigo.

§1º - O Prefeito enviará à Câmara o projeto de lei:

I – de diretrizes orçamentárias: até 31 de março de cada exercício, sobre o qual deliberará a Câmara até o final do primeiro período de sessões legislativas;

II – do orçamento anual até 15 de setembro de cada exercício.

§2º - O Prefeito encaminhará também o projeto de lei do plano plurianual correspondente ao período necessário, conforme lei federal. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 001/2024).

§3º - Caberá à comissão de Finanças e Orçamento:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos nesse artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II – exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, de acordo com o disposto no artigo 59, alínea “I”, desta lei.

§4º - As emendas serão apresentadas na Comissão de Finanças e Orçamento, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma do Regimento Interno, pelo Plenário da Câmara.

§5º - As emendas ao projeto de lei anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovados caso:

I – indiquem os recursos necessários admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que indicam sobre:

- a) dotações de pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida municipal.

II – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

III – sejam relacionadas com:

- a) a correção ou omissão;
- b) os dispositivos do texto de projeto de lei.

§6º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§7º - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação na comissão referida no §3º.

§8º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 123. Decorrido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do recebimento, sem que a Câmara tenha deliberado sobre o projeto de lei do orçamento anual, este será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

Parágrafo Único. A sessão legislativa não será interrompida sem a deliberação do projeto de lei a que se refere caput deste artigo.

Art. 124. As receitas e as despesas orçamentárias serão movimentadas através de caixa único, regularmente instituído.

Parágrafo Único. A Câmara Municipal poderá ter a sua própria tesouraria, por onde movimentará os recursos que lhe forem liberados.

Art. 125. As disponibilidades de caixa do município de suas entidades de Administração Indireta, inclusive os fundos especiais e fundações instituídas e

mantidas pelo Poder Público Municipal, serão depositadas em instituições financeiras oficiais.

Parágrafo Único. As arrecadações das receitas próprias do Município e de suas entidades de Administração Indireta poderão ser feitas através da rede bancária privada, mediante convênio.

Art. 126. Poderá ser constituído regime de adiantamento em cada uma das unidades da Administração Direta, nas autarquias, nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e na Câmara Municipal para ocorrer às despesas miúdas de pronto pagamento definidas em lei.

SEÇÃO II Das Vedações Orçamentárias

Art. 127. São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual ou com autorização legislativa;

II – a realização de despesas ou assunção e obrigações diretas que excedem os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operação de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pela Câmara Municipal por maioria absoluta;

IV – a vinculação da receita de impostos a órgãos, fundo ou despesas, ressalvados o disposto no artigo 212 da Constituição da República e a prestação de garantia às operações de crédito por antecipação de receita;

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa, de recursos de orçamento fiscal para suprir necessidade ou cobrir déficit de entidade da administração indireta e de fundos;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem autorização legislativa.

X - dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n.º 001/2024).

§1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapassa um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autoriza a inclusão, sob pena de responsabilidade.

§2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que tenha sido autorizado, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos 4 (quatro) meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§3º - A abertura de crédito extraordinária será admitida para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.

SEÇÃO III Da Execução Orçamentária

Art. 128. A execução do orçamento do Município se refletirá na obtenção das suas receitas próprias, transferidas e outras bem como na utilização das dotações consignadas às despesas para execução dos programas nele determinados, observado sempre o princípio de equilíbrio.

Art. 129. As alterações orçamentárias durante o exercício se representarão:

I – pelos créditos adicionais suplementares ou especiais, e os extraordinários;

II – pelos remanejamentos, transferências e transposições de recursos de uma categoria de programação para outra.

Parágrafo Único. O remanejamento, a transferência e a transposição somente se realizarão quando autorizado em lei específica que contenha a justificativa.

Art. 130. Na efetivação dos empenhos sobre as dotações fixadas para cada despesa será emitido o documento nota de empenho, que conterá as características já determinadas nas normas gerais de direito financeiro.

§1º - fica dispensada a emissão de nota de empenho, nos seguintes casos:

I – despesas relativas a pessoal e seus encargos;

II – contribuição para o PASEP;

III – amortização, juros e serviços de empréstimos e financiamentos obtidos;

IV – despesas relativas ao consumo de água, energia elétrica, utilização dos serviços de telefone, postais e telegráficos e outros que vierem a ser definidos por atos normativos próprios.

§2º - Nos casos previstos no artigo anterior, os empenhos e os procedimentos de contabilidade terão a base legal por próprios documentos que originaram o emprego.

Art. 131. Os recursos, correspondentes às dotações orçamentárias compreendidas nos créditos suplementares e especiais destinados à Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregues em duodécimos até o dia 20 (vinte) de cada mês.

TÍTULO V Do Desenvolvimento Urbano Do Município

Art. 132. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções da cidade e seus bairros, dos distritos e dos aglomerados urbanos e garantia bem-estar de seus habitantes.

§1º - O Plano Diretor aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§2º - A propriedade cumpre a sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor.

§3º - Os imóveis urbanos desapropriados pelo município serão pagos com prévia e justa indenização em dinheiro, salvo nos casos do inciso III do parágrafo seguinte.

§4º - O proprietário de solo urbano incluído no Plano Diretor, com área edificada, subutilizada ou não utilizada, deverá promover o seu adequado aproveitamento sob pena, sucessivamente de:

I – parcelamento ou edificação compulsórios;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – desapropriação com o pagamento mediante títulos da dívida pública municipal, de omissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 (dez) anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 133. É requisito básico para o registro de loteamentos a prévia solução de imóveis construídos de forma irregular.

TÍTULO VI Da Ordem Social do Município

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 134. A ordem social tem por base o primado do trabalho e como objetivo o bem estar da população e a justiça social.

Art. 135. O Município concederá proteção à família dentro das normas Constitucionais oferecendo-a condições morais, física e sociais, indispensáveis ao seu desenvolvimento, segurança e estabilidade.

Art. 136. Na sua política rural, o Município adotará uma ação de fixação do homem no campo, de acordo com a política adotada para o setor pelo Estado e União.

Parágrafo Único. A Política Agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva dos produtores e trabalhadores rural, bem como dos setores de comercialização, armazenamento e de transporte dos produtos agrícolas.

Art. 137. O Município assegurará, em seus orçamentos anuais, a sua parcela de contribuição para financiar a seguridade social.

CAPÍTULO II Da Saúde

Art. 138. O Município integra, com a União e o Estado, com os recursos da Seguridade Social, o Sistema Único e Descentralizado de Saúde, cujas ações de serviços públicos na sua circunscrição territorial são por eles dirigidas com as seguintes diretrizes:

I – atendimento integral, com prioridade para atividades preventivas, sem prejuízos dos serviços assistenciais;

II – participação da comunidade.

§1º - A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§2º - As instituições privadas poderão participar, de forma complementar, do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§3º - É vedado ao Município a destinação de recursos públicos para auxílios e subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 139. As competências do Sistema Único de Saúde são as que estão definidas no art. 200 da Constituição da República.

CAPÍTULO III Da Assistência Social

Art. 140. O Município executará na circunscrição de seu território, com recurso da seguridade social, os programas de ação governamental de assistência social que tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

III – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Parágrafo Único. As entidades beneficentes e de assistência social sediadas no Município poderão integrar os programas referidos no “caput” deste artigo.

Art. 141. Será isento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) o contribuinte que possuir um único imóvel no Município, desde que este não ultrapasse a 50m² (cinquenta metros quadrados) de área construída, se for casa, e 35m² (trinta e cinco metros quadrados), se apartamento.

Parágrafo Único. Para ser contemplado com este benefício é bastante que o proprietário comprove que possui um único imóvel no Município e nele reside e que seja comprovadamente carente, na forma da Lei.

CAPÍTULO IV Da Educação

Art. 142. O Município manterá seu sistema de ensino, em colaboração com a União e o Estado, atuando, prioritariamente, no ensino fundamental e pré-escolar

§1º - Os recursos para a manutenção e desenvolvimento de ensino compreenderão:

I – 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências;

II – as transferências específicas da União e do Estado.

Art. 143. Integra o atendimento ao educando os programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 144. O Município assegurará a gestão democrática de ensino, através de:

I – constituição do Conselho Municipal de Educação, composto de forma paritária e, integrado por representantes do Município, dos estudantes, dos pais de alunos, dos funcionários, das escolas municipais e dos professores do Município, na forma da lei;

II – a escolha dos diretores das escolas que preencham pelo menos os seguintes requisitos:

- tenham no mínimo 2 (dois) anos de magistério;
- estejam a pelo menos um ano prestando serviços na escola que dirigirão;
- tenham pelo menos, curso superior ou pedagógico, ressalvados aos dirigentes de escolas rurais;

III – participação na gestão da escola, com caráter consultivo e deliberativo, do conselho da escola, composto de um representante de pais de alunos, um representante dos professores da escola, um representante dos funcionários do estabelecimento e um representante dos alunos, eleito pelos alunos maiores de quatorze anos, sob a presidência do diretor da escola;

IV – livre organização de entidades de pais de alunos, de professores, de funcionários e de estudantes;

V – Estatuto do Magistério Público Municipal, estabelecendo os direitos e deveres da categoria.

Art. 145. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas municipais de ensino fundamental.

Art. 146. Será obrigatória a inclusão, nos currículos de 1º grau, nas escolas da rede municipal de ensino, de disciplina que objetivar a conscientização do educando sobre a necessidade da manutenção de equilíbrio ecológico, analisando a questão no contexto sociopolítico e econômico fornecendo princípios básicos sobre ecologia, meio-ambiente, utilização racional dos recursos naturais e informando sobre os problemas ecológicos, hoje existentes a nível internacional, nacional, estadual e municipal.

CAPÍTULO V Da Cultura

Art. 147. O Município apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, prioritariamente, as diretamente ligadas à história da cidade, à sua comunidade e aos seus bens.

Art. 148. Ficam sob a proteção do Município os conjuntos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico tombados pelo Poder Público Municipal.

Art. 149. O Município promoverá o levantamento e a divulgação das manifestações culturais da memória da cidade e realizará concursos, exposições e publicações para sua divulgação.

CAPÍTULO VI Do Desporto e Do Lazer

Art. 150. O Município fomentará as práticas desportivas formais e não formais, dando prioridade aos alunos de sua rede de ensino e à promoção desportiva dos clubes locais.

Art. 151. É dever de o município incentivar e dar condições para a prática desportiva em todas as suas modalidades, quer diretamente, quer através de órgão especialmente criado com esta finalidade.

§1º - O município destinará parcela de seu orçamento para o incentivo ao esporte.

§2º - O lazer é uma forma de promoção social que merecerá do Município toda atenção.

Jornal Oficial do Município

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N. 04, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1997 - EDIÇÃO DE 1º A 31 DE AGOSTO DE 2024

CAPÍTULO VII Do Meio-ambiente

Art. 152. Todos têm direito ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a comunidade o dever de defendê-lo e preservá-lo às presentes e futuras gerações.

§1º - Para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao Município:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – definir, em lei, os espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos;

III – exigir, na forma da lei, para instalação de obra, atividade ou parcelamento de solo potencialmente causadora de significativa degradação do meio-ambiente, estudos prévios de impacto ambiental;

IV – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meioambiente;

V – promover a educação ambiental na sua rede pública municipal de ensino e a conscientização da comunidade para proteção do meio-ambiente;

VI – proteger a flora e a fauna, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécie ou submetam animais à crueldade.

§2º - Aquele que explorar recursos minerais, inclusive extração de areia, cascalho ou pedreiras, fica obrigado a recuperar o meio-ambiente degradado, na forma da lei.

§3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio-ambiente sujeitarão aos infratores pessoas físicas ou jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar o dano causado.

CAPÍTULO VIII

Das Crianças e Adolescentes, Do Idoso e Das Pessoas com Deficiência

Art. 153. A lei disporá sobre a exigência de adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso públicos e dos veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência física ou sensorial.

Art. 154. O Município promoverá programas de assistência à criança e ao idoso.

Art. 155. O Município manterá, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado programas que assegurem a prioridade absoluta de que trata o art. 227 da Constituição Federal, com a participação deliberativa e operacional de entidades governamentais e não governamentais, através das seguintes ações estratégicas:

I – criação e implementação de programas para o atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco;

II – criação e implementação de programas especializados de prevenção e atendimento integral à criança e ao adolescente na creche, pré-escola e na 1ª fase do 1º grau, sempre que a necessidade familiar se fizer necessária;

III – criação e implementação de programas especializados para o atendimento à criança e aos adolescentes dependentes de entorpecentes e/ou envolvidos em atos infracionais na medida de sua capacidade e conjuntamente com a ação da União e do Estado;

IV – garantia de recursos humanos especializados para atuarem em programas destinados às crianças e adolescentes.

§1º - O Município destinará, dentro do seu orçamento anual, verba específica para programas de assistência e proteção especial de que trata este artigo.

§2º - Fica criado o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma da lei.

TÍTULO VI Das Disposições Finais

Art. 156. O Município organizará a Guarda Municipal, força destinada à proteção dos seus bens, serviços e instalações, nos termos de Lei Complementar.

Parágrafo Único. Lei Complementar disciplinará os direitos e deveres da guarda Municipal.

Art. 157. Após a revisão das Constituições da República e do Estado, será procedida a desta Lei Orgânica, em prazo não superior a cento e oitenta dias, pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara, salvo disposição constitucional em contrário.

Art. 158. Esta lei entrará em vigor na data de sua promulgação, revogando as disposições anteriores em sentido contrário.

Aparecida-PB 30 Agosto de 1997. Parlamento Constituinte:

Doriedson Carlo Teodoro – Presidente
Damião Norvino da Silva – Vice-Presidente
Francisco Moreira Queiroga Sobrinho - 1º Secretário
Adelino Cosmo da Silva – 2º Secretário
Maria de Fátima Nascimento de Sousa – Relatora
Caetano Pereira Neto
Severina Alves Ferreira
Olinto João de Almeida
Francisco Severino Cosmo
Jucilânia Queiroga Pires
Francisco das Chagas de Sousa

Aparecida-PB 26 de Julho de 2024. Parlamento da Atualização:

Mayra Edwiges Alves de Figueiredo - Presidente
Judivan Lucas de Barros – Vice-Presidente
João Pereira da Silva - 1º Secretário
Damião Norvino da Silva – Relator
Ronaldo Mourão de Sousa
Felipe Lourenço de Sousa
Isabela Benigna Garcia Pires
Valdete Batista de Oliveira Cabral
Antônio Norvino da Silva

HINO MUNICIPAL

Composição: Laércio Ferreira de Oliveira Filho
Arranjo: José lido Ferreira

O sol hoje raiou com a liberdade
O sonho vai se tornando realidade
A luta de um povo forte conseguiu
Aparecida é uma cidade do Brasil

E vamos botar fé nesta cidade
Porque a nossa liberdade
Foi o povo que construiu
E em homenagem aos antepassados
Faremos dessa cidade
A mais querida do Brasil

A terra, a natureza abençoou
A história nosso passado registrou
Na cultura somos destaque no Brasil
Aparecida mostra pro mundo encantos mil

Seu povo tem tamanha inteligência
Construiu a independência
Com espírito varonil
A virgem abençoa com seu manto
E Transforma o nosso Canto
O mais querido do Brasil

PROJETO DE LEI ORDINÁRIO Nº 028 DE 23 DE AGOSTO DE 2024.

DISPÕE SOBRE AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jornal Oficial do Município

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N. 04, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1997 - EDIÇÃO DE 1º A 31 DE AGOSTO DE 2024

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de Vereadores de Aparecida/PB, no uso das atribuições legais e regimentais, apresenta o seguinte PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Art. 1º O art. 8º do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º A Sessão Legislativa compreenderá dois períodos: de 02 de fevereiro a 15 junho e de 15 de julho a 15 de dezembro, sendo uma reunião por semana, nas sextas-feiras.

Art. 2º O art. 32 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 32. O mandato da Mesa será de 02 (dois) anos, sendo proibida a reeleição sucessiva de qualquer um de seus membros para o mesmo cargo, independentemente dos biênios estarem na mesma Legislatura, sendo que passado um biênio do mandato do referido membro da mesa diretora, este poderá concorrer novamente a qualquer cargo da mesa, pois não se configurará reeleição.

Art. 3º O art. 35 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 35. A eleição para a renovação da Mesa Diretora realizar-se-á obrigatoriamente juntamente com a eleição dos membros da Mesa em 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição municipal, durante a sessão de instalação e preparação da Legislatura, empossados os eleitos no dia 01 de janeiro do respectivo biênio.

Art. 4º O art. 40 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40. Os membros da Mesa Diretora não terão direito a nenhum acréscimo na sua remuneração em razão da participação nesse Colegiado, , salvo seu Presidente que terá direito a acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a remuneração do vereador.

Art. 5º O § 1º do art. 48 passa a vigorar com a seguinte redação:

§1º O Presidente da Câmara não poderá, senão na qualidade de membro da Mesa, oferecer proposição, nem votar, exceto:

- I - na eleição para composição dos membros da Mesa;
- II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de 2/3 (dois terços) e de maioria absoluta dos membros da Câmara;
- III - quando houver empate em qualquer votação no Plenário.

Art. 6º O art. 86 passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

O art. 86 passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 1º As sessões da Câmara poderão ser realizadas ainda de forma remota por meio de plataforma de videoconferência e ocorrerão, preferencialmente, nos dias e horários previstos neste Regimento para as sessões presenciais, salvo deliberação em contrário da Presidência, devidamente fundamentada.

§ 2º Às proposições discutidas e votadas por meio de videoconferência, aplicam-se, no que forem compatíveis, as normas relativas às sessões presenciais.

§ 3º Ressalvados os casos de eleição da Mesa diretora da Câmara, cassação de mandato de vereador ou prefeito, tomada de contas do Prefeito, CPI e outras matérias declaradas relevantes pela Presidência, sendo todas estas obrigatoriamente presenciais, as matérias que competem à Câmara poderão ser objeto de discussão e deliberação em sessões remotas ou virtuais, observando-se, no que couber, as formas e os prazos estabelecidos neste Regimento Interno para as sessões presenciais.

§ 4º A votação remota ou virtual será formalizada através do posicionamento de cada Vereador chamado a votar que, de maneira clara e objetiva, manifestar-se-á dizendo “SIM”, “NÃO” ou “ME ABSTENHO”, conforme for a sua opção em relação à matéria.

§ 5º Tratando-se de proposições de autoria de Vereador que não possa comparecer pessoalmente à sessão, este poderá requerer a sua participação na discussão e votação da matéria de maneira remota.

§ 6º O requerimento tratado no parágrafo acima deverá ser feito à Mesa Diretora durante o expediente da sessão, antes do início da Ordem do Dia.

§ 7º O Vereador que, de forma remota, participar das sessões realizadas pela Câmara Municipal poderá discutir e votar na matéria do seu interesse.

§ 8º A participação, ainda que de forma remota, confere ao Vereador o direito ao registro de sua presença no livro respectivo.

Art. 7º O art. 88 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 88. As sessões ordinárias terão início às dezessete horas e trinta minutos, com duração de duas horas, às sextas-feiras.

Art. 8. O caput do art. 200 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 200. O Projeto de Lei para fixação da remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito e para remuneração dos Vereadores com vigência para a Legislatura subsequente será apresentada pela Mesa e, votado até 180 dias do término dos respectivos mandatos.

Art. 9. O art. 200 passa a vigorar sem os § 1º, 2º, que ficam integralmente revogados.

Art. 10. art. 180: acrescentar o parágrafo único: A comissão processante deverá notificar o prefeito responsável pelas respectivas contas para que o mesmo, querendo, apresente defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias corridos, devendo também ser notificado do dia de julgamento pelo plenário da Câmara para realizar defesa oral pelo tempo de 20 minutos.

Art. 11. O **Art. 151.** §6º passa a vigorar com a seguinte redação: a votação sempre será aberta, não havendo votação secreta.

Art. 155- retirar votação secreta.

Art. 157, parágrafo primeiro - retirar votação secreta

Revogar o art. 159

Revogar art. 160, parágrafo único

Art. 202- inciso III- será aberta a votação

Art. 28- revogar parágrafo único

Art. 48, parágrafo 1º excluir votação secreta

Art. 12. Colocar turno único:

Art. 162

178

182

202

144

145

152

Art. 13. O título das Disposições Finais passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 213. Quando não se mencionar, expressamente, dias úteis, os prazos previsto neste Regimento serão contados em dias corridos.

Parágrafo único. Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-á, no que for aplicável, a legislação processual civil.

Art. 214. As interpretações deste Regimento Interno, feitas pelo Presidente da Câmara em assuntos controversos, constituirão precedentes, desde que a Presidência assinie ou declare, por iniciativa própria ou a requerimento, oral ou escrito, de qualquer Vereador.

Art. 215 Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos, soberanamente, pelo Plenário, e as soluções constituirão precedentes regimentais.

Art. 216 Este Regimento Interno será complementado pelo respectivo Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Art. 14. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua promulgação, revogando-se as disposições em contrário.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Aparecida, Estado da Paraíba, em 23 de Agosto de 2024

Mayra Edwiges Alves de Figueiredo

Presidente

Judivan Lucas de Barros

Vice-Presidente

João Pereira da Silva

2º Secretário

Jornal Oficial do Município

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N. 04, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1997 - EDIÇÃO DE 1º A 31 DE AGOSTO DE 2024

Jornal Oficial do Município

Edição de 1º a 31 de agosto de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA

Rua Antonio Francisco Pires, 169 – 1º andar - centro, PABX0xx83 3543.1162

CNPJ 01.613.168/0001-35

e-mail: prefeituraaparecida@gmail.com

Home Page: <http://www.aparecida.pb.gov.br/>

JOÃO RABELO DE SÁ NETO
PREFEITO

HELIO ROQUE DE ASSIS
VICE-PREFEITO

MARIA APARECIDA FERREIRA DE SOUSA
CHEFE DE GABINETE

JACINTO GOMES DE SOUSA SEGUNDO
PROCURADOR JURÍDICO

LAERCIO FERREIRA DE OLIVEIRA FILHO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTONIONE PONTES ABRANTES
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

LETICIA QUEIROGA DE ARAUJO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

MARCIEL BATISTA CASIMIRO
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA

VALÉRIA RITA DE SOUSA
SECRETÁRIA DE SAÚDE

MARIA GILVANEIDE DE SOUSA SILVA
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ALBANETE FERNANDES DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

FRANCISCA PIRES ANDRADE
SECRETÁRIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

JOSÉ APARECIDO GARRIDO DE SOUSA
SECRETÁRIO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA